



PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SAMPAIO – CE
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2023 DE 17 DE NOVEMBRO 2023

ANALISTA ADMINISTRATIVO EM CONTABILIDADE

NOME DO CANDIDATO: _____

RG: _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--	--	--

ASSINATURA: _____

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Este caderno contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 1 (um) a 60 (sessenta).
2. Cada uma das questões apresenta um enunciado seguido de 5 (cinco) alternativas, das quais somente uma deve ser assinalada.
3. Examine se a prova está completa com a sequência numérica das questões, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação deverá ser feita durante os 20 minutos iniciais. Após esse tempo, qualquer reclamação será desconsiderada.
4. Depois de decorridas 2 (duas) horas do início da prova, será distribuído **a folha de respostas**, o qual será o único documento válido para a correção. Ao recebê-lo, verifique se seu nome e seu número de inscrição estão corretos. Reclame imediatamente se houver discrepância.
5. A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura e data de nascimento, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas. Tenha muita atenção ao marcar sua folha de respostas, pois não haverá substituição por erro do candidato. Marque sua resposta pintando completamente o espaço correspondente à alternativa de sua opção.

Ex.: A B C D E
6. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez, uso de corretivo, marcação a lápis ou marcação de mais de uma letra. Não serão computadas questões não assinaladas.
7. Durante a prova, é proibido o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A tentativa de fraude, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que implicarão a desclassificação do candidato.
8. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a eliminação de ambos do certame.
9. Não será permitido ao candidato, durante a realização das provas, portar armas, aparelhos eletrônicos de qualquer natureza, relógios, bolsas, livros, jornais e impressos em geral; bonés, chapéus, lenço de cabelo, bandanas etc.
10. É vedado o uso de telefone celular ou de qualquer outro meio de comunicação. O candidato que for flagrado portando aparelho celular ou qualquer outro meio de comunicação, durante o período de realização da prova, e/ou o aparelho celular tocar será sumariamente eliminado do certame.
11. Em caso de dúvida, durante a prova, levante o braço para solicitar atendimento da fiscalização. Jamais pergunte em voz alta.
12. Ao terminar a resolução da prova, entregue-a ao fiscal de sala juntamente com **a folha de respostas**. Não se esqueça de **assinar a folha de respostas e a folha de frequência**.
13. O candidato que permanecer na sala de provas, por mais de 3h30min, poderá levar consigo o caderno de provas, fornecido pela **ORGANIZADORA**.
14. As provas terão duração de 4 (quatro) horas com início às 08h e término às 12h. O candidato só poderá ausentar-se da sala depois de decorridas duas horas do início das provas.
15. Os **Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas** serão divulgados 72 (setenta e duas) horas após a realização das mesmas.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS GERAIS

O cronista é um escritor crônico

O primeiro texto que publiquei em jornal foi uma crônica. Devia ter eu lá uns 16 ou 17 anos. E aí fui tomando gosto. Dos jornais de Juiz de Fora, passei para os jornais e revistas de Belo Horizonte e depois para a imprensa do Rio e São Paulo. Fiz de tudo (ou quase tudo) em jornal: de repórter policial a crítico literário. Mas foi somente quando me chamaram para substituir Drummond no Jornal do Brasil, em 1984, que passei a fazer crônica sistematicamente. Virei um escritor crônico.

O que é um cronista? Luís Fernando Veríssimo diz que o cronista é como uma galinha, bota seu ovo regularmente. Carlos Eduardo Novaes diz que crônicas são como laranjas, podem ser doces ou azedas e ser consumidas em gomos ou pedaços, na poltrona de casa ou espremidas na sala de aula.

Já andei dizendo que o cronista é um estilista. Não confundam, por enquanto, com estilista. Estilista era o santo que ficava anos e anos em cima de uma coluna, no deserto, meditando e pregando. São Simeão passou trinta anos assim, exposto ao sol e à chuva. Claro que de tanto purificar seu estilo diariamente o cronista estilista acaba virando um estilista.

O cronista é isso: fica pregando lá em cima de sua coluna no jornal. Por isto, há uma certa confusão entre colunista e cronista, assim como há outra confusão entre articulista e cronista. O articulista escreve textos expositivos e defende temas e ideias. O cronista é o mais livre dos redatores de um jornal. Ele pode ser subjetivo. Pode (e deve) falar na primeira pessoa sem envergonhar-se. Seu "eu", como o do poeta, é um eu de utilidade pública...

Que tipo de crônica escrevo? De vários tipos. Conto casos, faço descrições, anoto momentos líricos, faço críticas sociais. Uma das funções da crônica é interferir no cotidiano. Claro que essas que interferem mais cruamente em assuntos momentosos tendem a perder sua atualidade quando publicadas em livro. Não tem importância. O cronista é crônico, ligado ao tempo, deve estar encharcado, doente de seu tempo e ao mesmo tempo pairar acima dele.

1. Qual destes trechos, retirados do texto NÃO exemplifica a metalinguagem?

- "O primeiro texto que publiquei em jornal foi uma crônica. Devia ter eu lá uns 16 ou 17 anos. E aí fui tomando gosto." (1º parágrafo)
- "Luís Fernando Veríssimo diz que o cronista é como uma galinha" (2º parágrafo)
- "Estilista era o santo que ficava anos e anos em cima de uma coluna" (3º parágrafo)
- "O cronista é isso: fica pregando lá em cima de sua coluna no jornal" (4º parágrafo)
- "Que tipo de crônica escrevo? De vários tipos". (último parágrafo)

2. Leia o excerto a seguir.

"O que é um cronista? Luís Fernando Veríssimo diz que o cronista é como uma galinha, bota seu ovo regularmente. Carlos Eduardo Novaes diz que crônicas são como laranjas, podem ser doces ou azedas e ser consumidas em gomos ou pedaços, na poltrona de casa ou espremidas na sala de aula."

Em relação ao trecho, analise as afirmativas.

- O trecho estabelece com outros textos o que se chama de intertextualidade explícita.
- A comparação entre a crônica e as laranjas faz-se, além de outros recursos, por meio de adjetivações.
- Nesta situação comunicativa, utiliza-se o código para explicar o próprio código.
- O "diálogo" que se estabelece pela pergunta retórica é chamado intertextualidade implícita.

Marque a opção que indica a(s) afirmativa(s) CORRETA(S).

- I.
- II – III.
- II – IV.

- I – II – III.
- I – II – IV.

3. No trecho "O primeiro texto que publiquei em jornal foi uma crônica. Devia ter eu lá uns 16 ou 17 anos. E aí fui tomando gosto. Dos jornais de Juiz de Fora, passei para os jornais e revistas de Belo Horizonte...". As palavras sublinhadas no trecho, apresentam, respectivamente,

- ditongo decrescente / tritongo / dígrafo.
- tritongo / ditongo crescente / dígrafo.
- dígrafo / hiato / ditongo crescente.
- ditongo crescente / tritongo / dígrafo.
- dígrafo / hiato / hiato.

4. No trecho "São Simeão passou trinta anos assim, exposto ao sol e à chuva..." o sinal grave foi utilizado para indicar que ocorreu a crase em virtude de(o/a).

- regência do verbo expor - transitivo indireto.
- regência do verbo expor transitivo direto.
- locução adverbial que expressa ideia de tempo.
- locução conjuntiva constituída de substantivo feminino.
- regente ser um substantivo acompanhado por uma preposição.

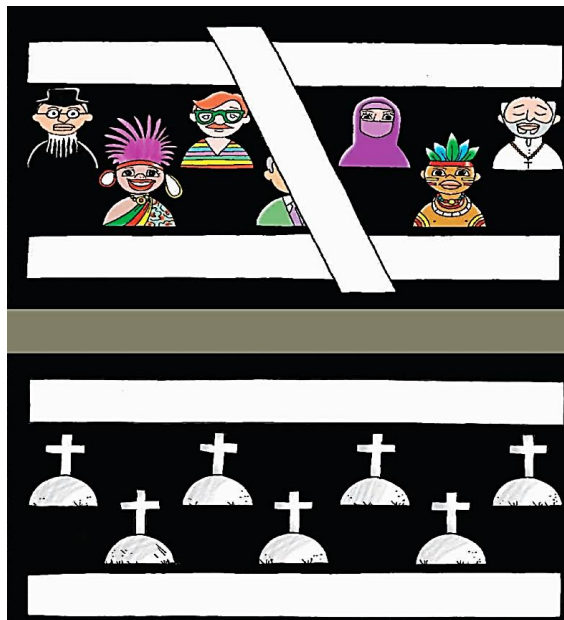
5. Em "O cronista é um escritor crônico", há um caráter híbrido que permite ao autor aproximar-se de diferentes tipos textuais. Observe as assertivas.

- O texto tem tom expositivo, pois possui objetivo a apresentação ou explicação de um conceito: o próprio gênero.
- Há o tipo narrativo com uma sequência de ações, em ordem cronológica, identificadas por verbos do pretérito perfeito do indicativo.
- O texto tem caráter argumentativo, visto que o cronista faz críticas sociais e que uma das funções da crônica é interferir no cotidiano
- Há narrativa poética, uma vez que há expressão de afetividade do cronista em relação às suas memórias.
- Apresenta-se como uma crônica descritiva, porque houve personificação do gênero textual e descrição de suas características.

Marque a opção que apresenta as afirmativas CORRETAS.

- I – II
- II – III.
- II – IV.
- I – II – III – V.
- I – II – III – IV.

6. Observe a imagem a seguir.



Considerando a imagem, analise as afirmações e marque o que se afirma corretamente.

- O texto pode ser identificado como um cartum e utiliza a linguagem mista para criticar as situações de intolerância religiosa dentro das instituições.
- Trata-se de cartum, pois, retrata uma crítica ao apelo à religiosidade diante das dificuldades enfrentadas pela humanidade.
- O cartum usa a linguagem não verbal para ressaltar que, para mitigar as diferenças sociais, é preciso ações solidárias entre os cidadãos do mundo.
- No cartum, a linguagem não verbal funciona para salientar a igualdade entre todos os cidadãos, evitando-se distinções de qualquer natureza.
- O cartum usa a linguagem não verbal para uma reflexão sobre significado da morte e o processo de luto em cada religião para a superação da perda.

Observe o texto a seguir.



7. Analise as afirmações e marque a que há INCORREÇÃO quanto ao texto.

- A ambiguidade ou anfibologia presente no texto ocorre, pois há uma duplicidade de sentido utilizada como uma alternativa de aproximação do público-alvo.
- A ambiguidade do anúncio publicitário é usada para garantir maior expressividade, é um uso intencional e o contexto desfaz a ambiguidade, criando uma situação humorística.
- A coerência textual está relacionada ao sentido das ideias dos textos, explicitada por relações lógicas e não contraditórias. Nesse texto, há uma incoerência presente na linguagem verbal.
- No discurso publicitário do anúncio em foco, a ambiguidade lexical e a contradição semântica são utilizadas como ferramentas para destacarem os serviços prestados.
- Na linguagem publicitária, há uma ambiguidade caracterizada pelo duplo sentido que pode ser atribuído à estrutura sintática, isso para atrair tanto a atenção do interlocutor, quanto para conquistar sua simpatia.

8. Na propaganda, há predominantemente a presença da função

- Emotiva.
- Apelativa.
- Referencial.
- Metalinguística.
- Fática.

9. Marque a alternativa cujas palavras são acentuadas pela mesma regra de acentuação gráfica.

- "Câmara, tímpano", "útil".
- "Tórax", "passível", "táxi".
- "Álbuns", "fórum", "álcool".

- "Jóquei", "álbuns", "faisca".
- "Automóvel", "tímpano", "armazém".

10. Assinale a frase em que a concordância nominal não se dá de acordo com as regras da norma-padrão.

- É necessário a atenção de todos para uma boa leitura.
- É proibido visitação das obras durante horário laboral.
- Há bastantes estudantes interessados na palestra.
- As planilhas anexas contêm vários relatórios.
- Vocês precisam ficar mais alerta.

Greve de Entregadores de aplicativos

Publicado: 24 junho, 2020

Os organizadores da paralisação afirmam: a greve se estendeu para o mundo e mais 5 países devem parar. Até clientes estão apoiando as reivindicações e prometem não fazer nenhum pedido.

Cresce a adesão à greve dos entregadores de alimentação por aplicativo, trabalhadores devem parar no dia 1º de julho, em todo o Brasil.

11. Marque a opção em que há obrigatoriedade e correção na concordância verbal utilizada.

- Na pesquisa, 98,1% dos entregadores prefere ficar em casa.
- Na entrevista, 98,1% preferem ficar em casa, enquanto 1,9% prefere voltar ao trabalho.
- Antigamente, de fato, *haviã*m muitos funcionários que não valorizavam sua profissão.
- Boa parte dos trabalhadores relatou um incômodo com falta de direitos laborais.
- A maioria dos trabalhadores quiseram continuar com a greve.

12. Em qual das seguintes frases NÃO APRESENTA O HÍFEN corretamente empregado, de acordo com o sistema ortográfico atual?

- Estudiosos defendem o aumento dos investimentos em educação para a região do semi-árido.
- Conselho Federal de autorregulamentação publicitária deve ser eleito.
- São vários transtornos de conduta que levam a um comportamento antissocial.
- O governo planeja um conjunto de medidas anti-inflacionárias.
- A Comissão de Direitos Humanos avaliará projeto da lei anti-homofobia.

13. O vocábulo da expressão "que" classifica-se de várias formas. Assinale a frase que possui especificação INCORRETA:

- O homem que chegou é meu tio. Conjunção integrante. A partícula "que" é empregada para articular orações.
- Escutem mais, que se tornarão mais espertos. Conjunção explicativa- O "que" implica uma explicação.
- A pessoa a que me referi é muito especial. Aqui, como há retomada do termo antecedente, a partícula funciona como um pronome relativo.
- Estudou tanto para aquela prova que acabou ficando estressado. Estabelece ideia de consequência-Conjunção subordinada adverbial consecutiva.
- Que bom foi você ter vindo. O "que" é empregado como advérbio de intensidade, algo bastante comum na linguagem falada.

14. Considerando os aspectos morfossintáticos da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que não houve erro.

- Agora negam-se a ir?
- Quem fez-te essa pergunta?
- Não esqueça-se de suas tarefas.
- Sempre soube que chamariam-me para o emprego.
- Identificaram duas pessoas que se encontravam desaparecidas.

15. Analise a tirinha a seguir.



Quanto às variações linguísticas, marque a que se observa, na tira, variação

- diacrônica.
- diatópica.
- diatrática.
- diafásica.
- diamésica.

Leia o seguinte texto para responder às questões 16 e 17.



16. Sobre o termo “Peculando” observe as proposições a seguir.

- Derivação Imprópria - apresenta verbo a partir de substantivo.
- Derivação Sufixal - apresenta sufixo formador verbo a partir de adjetivo.
- Derivação Imprópria, de substantivo a um verbo.
- Derivação Sufixal - apresenta sufixo formador de gerúndio.

Quais as afirmações que estão CORRETAS?

- I.
- II.
- III.
- IV.
- I – IV.

17. Na charge, para efeito de humor, faz-se no do (o/a):

- ambigüidade- como recurso estilístico - do termo especulando.
- conjunto de significados, ou seja, a polissemia do termo especulando.
- rima entre peculando e especulando e a sinonímia entre peculando e especulando.
- neologismo criado a partir do termo peculato e a relação com os termos pecando e especulando.
- da linguagem não verbal (o homem estar num ambiente religioso) e o fato de peculato ser um tipo de crime contra o Estado (laico).

18. Se m é o máximo divisor comum de 36 e 48, e n é o mínimo múltiplo comum de 24 e 60, qual é o valor de $m + n$?

- 132.
- 120.
- 115.
- 100.
- 65.

19. Considere $x = -5$ e $y = \frac{3}{4}$. Qual o valor da expressão $|x - 2y| + 3x$?

- $-\frac{47}{4}$.
- $-\frac{17}{2}$.
- $\frac{13}{4}$.
- $-\frac{3}{4}$.
- $\frac{1}{2}$.

20. Pedro sempre ganha, ao final do ano, um valor de gratificação na empresa em que trabalha. Deste valor, ele gastou $\frac{2}{5}$ de um quarto na compra de um presente para dar a sua mãe. Sabendo que ainda lhe restaram R\$ 360,00, o valor de gratificação dado a Pedro foi de

- R\$ 250,00.
- R\$ 300,00.
- R\$ 340,00.
- R\$ 360,00.
- R\$ 400,00.

21. Considere as funções $f(x) = 3x - \frac{1}{5}$ e $g(x) = 2x^2 - k$, onde k representa um número real. Sabendo que ambas as funções possuem apenas um ponto em comum, qual o valor de k de modo que $f(x) = g(x)$ é igual a

- $-\frac{10}{7}$.
- 0.
- $\frac{15}{24}$.
- $-\frac{37}{40}$.
- $\frac{40}{37}$.

22. Uma empresa deseja dar uma festa para seus funcionários e, para isso, está estudando duas propostas de bufês. O bufê A cobra uma taxa fixa de R\$ 10.000,00 acrescidos de um valor variável de R\$ 500,00 por convidado. O bufê B cobra uma taxa fixa de R\$ 20.000,00 acrescidos de um valor de R\$ 300,00 por convidado. Dessa forma, qual deve ser o número mínimo de convidados para que o bufê B seja mais barato que o bufê A?

- 50.
- 75.
- 80.
- 90.
- 105.

23. Mário utiliza aplicativos em seu celular de forma frequente. Ele começou a perceber que seu celular costuma descarregar em momentos em que seria necessário seu uso. Portanto, começou a perceber que sua bateria possui uma duração média de 25 horas, usando apenas 3 aplicativos. Dessa forma, qual a quantidade mínima de aplicativos que deve ser usada, simultaneamente, para que o celular descarregue após 12 horas?

- 5.
- 7.
- 9.
- 12.
- 14.

24. Considere as afirmações a seguir.

- A soma de dois números negativos resulta em um número negativo.
- A divisão de dois números negativos resulta em um número negativo.
- A diferença entre dois números negativos pode não resultar em um número negativo.

Marque a opção que indica a(s) afirmativa(s) CORRETA(S).

- a) I.
- b) I – II.
- c) I – III.
- d) II – III.
- e) III.

25. Um veículo automotor está sendo vendido por R\$ 50.000,00. Devido a um período de festas, a concessionária fez uma promoção ofertando um desconto de 30% sobre o preço de venda inicial na compra à vista. Um cliente interessou-se e irá adquirir o veículo com o desconto da promoção. Contudo, para aproveitar a oferta, o cliente decide adquirir também acessórios, cujos valores correspondem a 5% do valor pago na compra do veículo. Dessa forma, o cliente gastou, com a compra do veículo e dos acessórios,

- a) R\$ 30.000,00.
- b) R\$ 34.000,00.
- c) R\$ 36.750,00.
- d) R\$ 38.640,00.
- e) R\$ 39.880,00.

26. João decidiu aplicar $\frac{1}{3}$ de seu salário em um investimento com rentabilidade simples de 4% ao mês, por dois anos e meio. Sabendo que o salário integral de João equivale a R\$ 4.500,00, qual a quantia adquirida ao final do investimento?

- a) R\$ 2.200,00.
- b) R\$ 2.400,00.
- c) R\$ 3.300,00.
- d) R\$ 3.700,00.
- e) R\$ 3.750,00.

27. A razão entre as quantidades X e Y é de 5 para 7. Assumindo que $X + Y = 60$, e que $Y = X + K$, onde K representa um número real positivo, qual o valor de K?

- a) 35.
- b) 25.
- c) 20.
- d) 15.
- e) 10.

28. É CORRETO afirmar que o Município de General Sampaio está localizado a quantos quilômetros da Capital do Estado do Ceará?

- a) 156 km.
- b) 162 km.
- c) 124 km.
- d) 87 km.
- e) 350 km.

29. O Município de General Sampaio está localizado na mesorregião

- a) Noroeste Cearense
- b) Sertões Cearenses.
- c) Sul Cearense.
- d) Metropolitana de Fortaleza.
- e) Norte Cearense.

30. Analise as indicações:

- I. Semiárido.
- II. Equatorial.
- III. Tropical.
- IV. Subtropical.
- V. Tropical Atlântico.

Representa o clima do Município de General Sampaio é a opção

- a) II.
- b) IV.
- c) III.

- d) I.
- e) V

31. Das alternativas a seguir, qual corresponde ao ano de fundação do Município de General Sampaio?

- a) 1957.
- b) 1945.
- c) 1976.
- d) 1989.
- e) 1934.

32. Leia o trecho a seguir.

“Originalmente, a denominação do lugar – hoje General Sampaio – era _____.”

Marque a opção que preenche corretamente a lacuna.

- a) Diamantina
- b) Sítio Bom Jesus
- c) Campo Grande
- d) Juazeiro
- e) Correntina

33. O Município de General Sampaio é dividido em dois distritos:

- a) Quixadá e Itapipoca.
- b) General Sampaio e Sobral.
- c) Acaraú e Aquiraz.
- d) General Sampaio e Vila São João.
- e) Canindé e Crato.

34. Analise o trecho a seguir.

Os principais eventos culturais do Município de General Sampaio são a festa da padroeira _____, mais conhecida como festa de setembro, e o carnaval, que traz vários turistas todos os anos.

Marque a opção que preenche corretamente a lacuna.

- a) Nossa Senhora do Amparo
- b) Nossa Senhora Nazaré
- c) Nossa Senhora dos Navegantes
- d) Nossa Senhora Aparecida
- e) Nossa Senhora do Rosário

35. O topônimo General Sampaio é uma alusão ao General

- a) José de Sampaio.
- b) Antônio de Sampaio.
- c) Carlos de Sampaio.
- d) Francisco de Sampaio.
- e) João de Sampaio.

36. Qual a alternativa que corresponde a microrregião em que o Município de General Sampaio está localizado?

- a) Uruburetama.
- b) Médio Curu.
- c) Baturité.
- d) Cascavel.
- e) Chorozinho.

37. Quem nasce em General Sampaio é chamado de

- a) generalense.
- b) sampaiano.
- c) cearasampaicense.
- d) sampaiensgeneral.
- e) generalsampaicense.

38. Analise e responda.

- I. Tejuçuoca.
- II. Apuiarés.
- III. Paramoti.

São Municípios limítrofes a General Sampaio:

- a) I – II – III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) II – III.

39. Como é chamado o fenômeno de integração econômica, social e cultural do espaço geográfico em escala mundial, caracterizada pela intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e informações, proporcionada pelo avanço técnico na comunicação e nos transportes?

- a) Mundialização.
- b) Multiculturalismo.
- c) Globalização.
- d) Sociodiversidade.
- e) Diversificação.

40. Dentro do contexto de política pública, é possível encontrar diferentes tipos de ações e cada uma delas apresenta características específicas, assim como uma nomenclatura própria. No Brasil, existem quatro tipos de políticas públicas, dentre elas, as constitutivas, que

- a) são voltadas para um grupo específico, mas com o objetivo de redistribuir bens, recursos e serviços.
- b) trazem as normas e requisitos para regulamentarem a criação de políticas públicas, determinando quem, como e quando as ações destinadas ao interesse público podem acontecer.
- c) têm a função de regular o Estado, estabelecendo regras de comportamento e contribuindo para a organização de processos burocráticos.
- d) possuem a política de cotas como exemplo.
- e) são aquelas destinadas a uma parcela específica da população. Elas são definidas para atenderem a necessidades de um determinado grupo social ou de uma situação em particular.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Marque a opção em que consta uma das infrações administrativas contra as Leis de Finanças Públicas, conforme Lei Federal n.º 10.028/2000.

- a) Expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira nos casos e condições estabelecidos em lei.
- b) Deixar de propor Lei de Diretrizes Orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- c) Ordenar ou promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal.
- d) Enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal.
- e) Deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira nos casos e condições estabelecidos em lei.

42. As infrações administrativas contra as Leis de Finanças Públicas são punidas com multa de

- a) trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.
- b) vinte por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.
- c) dez por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.
- d) quarenta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.
- e) cinquenta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

43. Caso o agente público cometa infrações contra as Leis de Finanças Públicas, a infração cometida

- a) acarretará em pena de prisão de até 10 (dez) anos.
- b) será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.
- c) acarretará em prestação de serviços à comunidade por até 5 (cinco) anos.
- d) será processada e julgada, podendo a pena chegar até a 20 (vinte) cestas básicas.
- e) será processada e julgada por órgão de polícia do legislativo.

44. De acordo com a Emenda Constitucional n.º 58/2009, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de

- a) 11 (onze) vereadores, nos municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- b) 20 (vinte) vereadores, nos municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- c) 15 (quinze) vereadores, nos municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- d) 9 (nove) vereadores, nos municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- e) 8 (oito) vereadores, nos municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.

45. Segundo a Emenda Constitucional n.º 25/2000, o subsídio dos Vereadores será fixado

- a) pelas respectivas Assembleias Legislativas em cada legislatura para a subsequente.
- b) pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a corrente.
- c) pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente em até 4 (quatro) anos.
- d) pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.
- e) pelas respectivas Assembleias Legislativas em cada legislatura para a corrente.

46. O total da despesa com a remuneração dos vereadores foi fixado pela Emenda Constitucional n.º 01/1992 e não poderá ultrapassar o montante de

- a) cinco por cento da receita do Município.
- b) dez por cento da receita do Município.
- c) quinze por cento da receita do Município.
- d) vinte por cento da receita do Município.
- e) cinquenta por cento da receita do Município.

47. Nos termos da Lei Federal n.º 4.320/1964, a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será somente

- a) concomitante e subsequente.
- b) prévia e concomitante.
- c) concomitante.
- d) prévia.
- e) prévia, concomitante e subsequente.

48. O controle da execução orçamentária pelo Poder Legislativo tem por objetivo

- a) levantar o histórico de ação dos órgãos das entidades da Administração Pública, exercendo poder de polícia.
- b) verificar a conduta pessoal do administrador público.
- c) verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
- d) instaurar comissões parlamentares de inquérito para investigarem a execução orçamentária.
- e) editar leis, normas e decretos para garantirem a execução orçamentária.

49. A receita corrente líquida, nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000, será apurada somando-se

- a) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos seis anteriores, incluindo as duplicidades.
- b) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, incluindo as duplicidades.
- c) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos seis anteriores, excluídas as duplicidades.
- d) as receitas arrecadadas no mês anterior, excluídas as duplicidades.
- e) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

50. A Lei Complementar n.º 101/2000 traz previsão sobre os restos a pagar. É vedado ao titular de Poder ou Órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato,

- a) contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- b) contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício corrente sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- c) contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício futuro sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- d) deixar de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício corrente sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- e) deixar de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício futuro sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

51. A inscrição em dívida ativa é ato jurídico que visa legitimar a origem do crédito em favor do(a)

- a) Tribunal de Contas do Estado, órgão responsável por fiscalizar e receber pagamentos das dívidas ativas.
- b) Tribunal de Contas da União, órgão responsável por fiscalizar e receber pagamentos das dívidas ativas.
- c) Fazenda Pública, revestindo o procedimento dos necessários requisitos jurídicos para as ações de cobrança.
- d) Fazenda Pública, revestindo o procedimento dos necessários requisitos jurídicos para as ações de crédito.
- e) Fazenda Pública, revestindo o procedimento dos necessários requisitos jurídicos para as ações judiciais.

52. Com relação ao Plano Plurianual e à sua execução, o que foi planejado para 4 anos, através de Lei, deverá ser

- a) cumprido passo a passo, ano a ano, através da Lei Orçamentária Anual.
- b) cumprido passo a passo, ano a ano, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) cumprido passo a passo, ano a ano, através da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) cumprido passo a passo, de dois em dois anos, através da Lei Orçamentária Anual.
- e) cumprido passo a passo, de dois em dois anos, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

53. A Portaria Conjunta STN/SOF n.º 1, de 10 de dezembro de 2014, foi aprovada considerando, dentre outras necessidades, a de

- a) conceder total autonomia aos Municípios no reconhecimento de despesas orçamentárias.
- b) flexibilizar critérios de reconhecimento de custos e despesas dos Estados.
- c) flexibilizar critérios de reconhecimento de custos e despesas da União.

- d) aprimorar os critérios de reconhecimento de despesas e receitas orçamentárias.
- e) limitar a ação dos Estados e Municípios no reconhecimento de receitas e despesas de qualquer tipo.

54. Um dos principais objetivos da edição da Portaria Conjunta STN/SOF n.º 1, de 10 de dezembro de 2014 é o de proporcionar

- a) maior transparência sobre as contas públicas e de uniformizar a classificação das receitas e despesas orçamentárias.
- b) maior controle sobre as contas públicas e de descentralizar a classificação das receitas e despesas orçamentárias.
- c) maior flexibilidade sobre as contas públicas e de redefinir a classificação das receitas e despesas orçamentárias.
- d) maior controle sobre as contas públicas e de descentralizar a classificação dos custos e despesas orçamentárias.
- e) maior flexibilidade sobre as contas públicas e de redefinir a classificação das receitas e dos ativos orçamentários.

55. Segundo a Portaria Conjunta STN/SOF n.º 1, de 10 de dezembro de 2014, no âmbito da União, o detalhamento da receita orçamentária será estabelecido por meio

- a) de Decreto Federal, editado pelo Presidente da República no início de cada ano.
- b) de alinhamento com as Assembleias Legislativas dos 27 Estados da Federação.
- c) do Tribunal de Contas da União.
- d) de Portaria da SOF/MPOG e das instruções para elaboração da Proposta Orçamentária Anual serão divulgadas por intermédio do Manual Técnico de Orçamento (MTO).
- e) de edição de lei específica a ser tramitada no Congresso Nacional.

56. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, também conhecida como LDO, terá vigência de

- a) 12 (doze) meses e coincide com o ano civil.
- b) 12 (doze) meses, mas não coincide com o ano civil.
- c) 12 (doze) meses, mas não coincide com o ano corrente.
- d) 12 (doze) meses e coincide com o ano corrente.
- e) 12 (doze) meses, podendo ou não coincidir com o ano civil.

57. O encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo Chefe do Poder Executivo ao Legislativo será de até

- a) seis meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção ou veto até o encerramento do segundo período da sessão legislativa.
- b) seis meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção ou veto até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- c) oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção ou veto até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- d) oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção ou veto até o encerramento do segundo período da sessão legislativa.
- e) sete meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção ou veto até o encerramento do segundo período da sessão legislativa.

58. A partir de 1964, com a edição da Lei n.º 4.320/1964, instaurou-se um marco divisor entre os orçamentos tradicionais ou clássicos e os orçamentos de desempenho ou realizações. O Governo brasileiro começou então a utilizar o

- a) Orçamento flexível.
- b) Orçamento disruptivo.
- c) Orçamento convencional.
- d) Orçamento base zero.
- e) Orçamento-programa.

59. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que o Projeto de Lei Orçamentária anual deverá ser elaborado de forma

- a) independente em relação ao Plano Plurianual com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com as próprias normas da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- b) independente do Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com as próprias normas da LRF.
- c) idêntica e rígida em relação ao Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com as próprias normas da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- d) compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com as próprias normas da LRF.
- e) compatível em relação ao Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com as próprias normas da Lei Orçamentária Anual (LOA).

60. É uma das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- a) É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- b) É permitido consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- c) É permitido, caso a caso, consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- d) É vedado, exceto em casos de força maior, consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- e) É vedado ou permitido, com autorização do legislador, consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.